

LEGISLAÇÃO SOBRE ESTACIONAMENTO

LEI nº 11
De 23 de junho de 1969.

DISPÕE SOBRE O ESTABELECIMENTO DE VENDEDORES AMBULANTES NA ZONA COMERCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Dr. RICARDO LEÔNIDAS RIBAS, Prefeito Municipal de Santo Ângelo.

FAÇO SABER que o Órgão Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º - É vedado o estacionamento de vendedores ambulantes, de quaisquer produtos ou artigos, no perímetro compreendido entre as ruas Florêncio de Abreu e 15 de Novembro – sentido Leste-Oeste – e entre as Ruas Tiradentes e Antônio Manoel – sentido Norte-Sul, bem como nas Ruas Marechal Floriano e Getúlio Vargas, em toda a sua extensão.

Art. 2º - Os infratores do disposto nesta lei deverão pagar a multa de 10% a 100% do salário mínimo vigente e de 50 a 200% em caso de reincidência, a critério do Prefeito Municipal, cabendo-se ainda a faculdade de não conceder Alvará de Licença para Localização para estacionamento em outros locais.

Art. 3º - É facultado ao Prefeito Municipal, com a expansão da zona comercial, proceder, por decreto, a nova delimitação do perímetro fixado no artigo 1º desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ÂNGELO, em 23 de junho de 1969.

Dr. Ricardo Leônidas Ribas,
Prefeito Municipal.

REVOGADA PELA LEI nº 3.476/2010.

LEI Nº 1.129
De 06 de dezembro de 1988.

**ESTABELECE O ESTACIONAMENTO PAGO EM
VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DE USO
COMUM, NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Dr. MAURO AZEREDO, Prefeito Municipal de Santo Ângelo – RS.
FAÇO SABER, que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º - O estacionamento de veículos nas vias e logradouros públicos de uso comum, onde for permitido e nas áreas urbanas pré-determinadas, ficará sujeito ao pagamento a serem fixados pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - O Município fica autorizado a explorar, direta ou indiretamente, cuja arrecadação será recolhida ao Erário Público Municipal como receita do Município.

Art. 3º - O Município poderá destinar fração da arrecadação a entidades, que poderão auxiliar na exploração-controle e fiscalização do estacionamento remunerado.

Art. 4º - O Poder executivo Municipal regulamentará a presente lei, bem como, demarcará os locais onde o estacionamento deverá ser pago, no prazo de 30 dias a contar da aprovação da lei.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1989.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABIENTE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ÂNGELO, em 06 de dezembro de 1988.

Dr. MAURO AZEREDO,
Prefeito.

Lei promulgada pela Câmara de Vereadores:

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

LEI nº 1.420/91
De 18 de setembro de 1991.

DETERMINA A PERMANÊNCIA DO ESTACIONAMENTO OBLÍQUO SITUADO DEFRENTE O HOTEL AVENIDA, PRECISAMENTE ENTRE A RUA ANDRADAS E 03 DE OUTUBRO, EM CANTEIRO CENTRAL, NA AVENIDA VENÂNCIO AIRES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Ver. JUAREZ ALVES LEMOS, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santo Ângelo – RS.

FAÇO SABER, em cumprimento ao que determina a Lei Orgânica do Município de Santo Ângelo em seu Parágrafo 6º do art.67, que o Poder Legislativo de Santo Ângelo aprovou e eu promulgo a seguinte

LEI:

Art. 1º Passa a ser permanente o estacionamento oblíquo situado no trecho da rua 03 de outubro até a rua Andradas em frente a Associação Comercial e Hotel Avenida.

Art. 2º - Fica a firma Pedro Luiz Ceretta & Cia Ltda, autorizada a promover as melhorias que julgar necessárias naquele estacionamento oblíquo, porém não responde o Poder Público Municipal pelos gastos que ela, porventura venha a efetuar na melhoria do local.

Art. 3º - O estacionamento oblíquo destina-se para o uso da comunidade santo-angelense e a coletividade em geral.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO ÂNGELO, EM 18 DE SETEMBRO DE 1991.

Ver. JUAREZ ALVES LEMOS,
Presidente.

REVOGADA PELA LEI Nº 3.476/2010.

LEI nº 2.033

De 24 de junho de 1996.

**DISPÕE SOBRE ESTACIONAMENTO
ROTATIVO FRENTE AS FARMÁCIAS E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Dr. ADROALDO MOUSQUER LOUREIRO, Prefeito Municipal de Santo Ângelo – RS.

FAÇO SABER, que o Poder Legislativo de Santo Ângelo e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º - Fica determinado o Estacionamento Rotativo frente às farmácias de Santo Ângelo – RS.

Art. 2º - O estacionamento rotativo será demarcado pelo setor competente da municipalidade, com a devida indicação.

Art. 3º - O sistema rotativo será por um tempo limitado para cada veículo, ficando a critério do órgão responsável determinar o tempo.

Art. 4º - A fiscalização do espaço destinado ao estacionamento rotativo, ficará a cargo da Brigada Militar.

Art. 5º - No espaço destinado ao estacionamento rotativo, não será permitido estacionar veículos que não venham a utilizar as farmácias.

Art. 6º - A presente lei entra em vigor a partir de 90 (noventa) dias.

Art. 7º - revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABIENTE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ÂNGELO, em 24 de junho de 1996.

**Dr. ADROALDO MOUSQUER LOUREIRO,
Prefeito Municipal.**

REVOGADA PELA LEI Nº 3.476/2010.

LEI Nº 2.086
De 13 de janeiro de 1997.

**AUTORIZA A PREFEITURA MUNICIPAL A
CRIAR ZONA DE ESTACIONAMENTO PAGO
NO MUNICÍPIO.**

JOSÉ LIMA GONÇALVES, Prefeito Municipal de Santo Ângelo.

FAÇO SABER, que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º - Fica autorizada a Prefeitura Municipal de Santo Ângelo, a criar zonas de estacionamento pago na cidade.

§ 1º - O estacionamento pago vigorará de segunda a sexta-feira no horário das 8 às 18 horas e nos sábados das 8 às 12 horas.

§ 2º - A Prefeitura Municipal através de Decreto, no prazo de 30 dias da entrada em vigor desta lei, delimitará a área em que vigorará o estacionamento pago, bem como seu valor e forma de cobrança.

Art. 2º - Ficam isentos de qualquer pagamento os pontos de táxis, motos, ciclomotores, ambulâncias e veículos oficiais devidamente sinalizados.

Art. 3º - Fica a Prefeitura Municipal autorizada a firmar convênio com instituições da comunidade, para a realização do trabalho de cobrança, priorizando a utilização de menores carentes.

Art. 4º - No mínimo 60% dos recursos auferidos com esta Lei, deverão ser destinados exclusivamente para as áreas de Assistência Social, Trânsito, Saúde, Esporte Amador, Museu Histórico e Biblioteca Pública Municipal.

Art. 5º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ÂNGELO, EM 13 de Janeiro de 1997.

JOSÉ LIMA GONÇALVES,
Prefeito.

LEI Nº 2.192
De 12 de maio de 1998.

**CRIA ESPAÇO FÍSICO EM TODAS AS
QUADRAS DAS RUAS CENTRAIS DE SANTO
ÂNGELO PARA O ESTACIONAMENTO DE
MOTOCICLETAS.**

Dr. LÓI ROQUE BIACCHI, Vice-Prefeito no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Santo Ângelo, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

FAZ SABER, que o Poder Legislativo aprovou e sanciona a seguinte

LEI:

Art. 1º - Fica criado em todas as quadras das ruas centrais de Santo Ângelo, um espaço físico, devidamente demarcado para estacionamento de MOTOCICLETAS.

Art. 2º - As ruas que terão o estacionamento serão: Rua Marechal Floriano, Rua Marquês do Herval e Rua Antunes Ribas, estas iniciando na Rua Antônio Manoel e terminando na Rua Andradas e, nas Ruas 25 de Julho, 03 de Outubro e Avenida Brasil, iniciando na Rua 15 de Novembro até a Avenida Venâncio Aires.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABIENTE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ÂNGELO, em 12 de maio de 1998.

Dr. LÓI ROQUE BIACCHI,
Vice-Prefeito no exercício do cargo de Prefeito Municipal.

REVOGADA PELA LEI Nº 3.476/2010.

**LEI nº 2.235
De 28 de outubro de 1998.**

**ALTERA O ART. 4º DA LEI Nº 2.086, DE 13/01/97
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

JOSÉ LIMA GONÇALVES, Prefeito Municipal de Santo Ângelo – RS.

FAÇO SABER, que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º - Fica alterado o art. 4º da Lei nº 2.086 de 13 de janeiro de 1997, passando a ter a seguinte redação:

“Art. 4º - No mínimo seja destinado 20% (vinte por cento) para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE e 40% (quarenta por cento) dos recursos auferidos com a presente Lei para áreas da Assistência Social, Saúde, Esporte Amador, Museu Histórico e Biblioteca Pública Municipal”.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ÂNGELO
em 28 de outubro de 1998.

**JOSÉ LIMA GONÇALVES,
Prefeito.**

LEI N.º 3.476 , DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010.

Institui o Sistema de Estacionamento Rotativo Pago nas vias públicas urbanas do Município e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

L E I:

Art. 1º Fica instituído o estacionamento pago nas vias urbanas do Município de Santo Ângelo em áreas especiais denominadas de “Área Azul”, descritas no anexo I, sendo admitida a ampliação desta, através de lei municipal, quando a municipalidade julgar conveniente, e havendo viabilidade econômico- financeira para novas áreas o qual se regerá pelo disposto nesta Lei e seu Regulamento, que será criado por lei.

Art. 2º O Sistema de Estacionamento Rotativo Pago, previsto no art. 24, inciso X, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro - destina-se a disciplinar o uso compartilhado das vias públicas pelos seus usuários, no interesse da circulação geral dos veículos.

Art. 3º A operacionalização deverá ser feita através de equipamentos eletrônicos expeditores de comprovantes de tempo de estacionamento, parquímetros, de modo que permita total controle da arrecadação, aferição imediata de receitas e auditoria permanente por parte do Poder Público.

Parágrafo único. O equipamento eletrônico a ser utilizado deverá propiciar aos usuários do sistema facilidade na obtenção do comprovante de tempo de estacionamento, permitindo a utilização de, no mínimo, duas formas de pagamento.

Art. 4º No Regulamento, criado por lei, o Poder Público Municipal estabelecerá:

I - as vias públicas que, em razão de sua importância para circulação de veículos ou localização de estabelecimentos de comércio e serviços privados ou públicos, devam ficar submetidas ao regime de estacionamento rotativo pago;

II - o período máximo, em horas, que o veículo poderá ocupar o mesmo espaço durante o dia, no horário compreendido entre as (08h) e as (18h);

III - a retribuição pecuniária devida pelo usuário;

IV - os demais requisitos necessários para a implantação, manutenção e operação do estacionamento rotativo pago;

V - o órgão municipal que executará a implantação, manutenção e operação do estacionamento rotativo pago.

§ 1º O período máximo a que se refere o inciso II deste artigo não poderá ser superior a (02) horas por dia;

§ 2º A retribuição pecuniária deverá atender, no mínimo, aos custos administrativos da manutenção e operação do estacionamento rotativo pago.

Art. 5º O Município destinará ao FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 30% (trinta por cento), ao FUNDO MUNICIPAL ANTIDROGAS, 10% (dez por cento) do percentual líquido arrecadado, abatido os custos administrativos da manutenção e operação do estacionamento rotativo pago e os 60% (sessenta por cento) restantes ao DMT- Departamento Municipal de Trânsito, para aparelhamento do trânsito.

Art. 6º A operação do estacionamento rotativo pago poderá ser delegada mediante concessão ou permissão, na modalidade concorrência pública, cujo julgamento será o de maior oferta ao poder Público Municipal, desde que atenda as exigências técnicas estabelecidas e de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e nº 8.987/95.

Art. 7º Ao Poder Público Municipal e/ou a Concessionária, não caberá qualquer responsabilidade por acidentes, danos, furtos ou prejuízos de qualquer natureza que os veículos dos usuários venham a sofrer nos locais de estacionamento, não sendo exigível da concessionária a manutenção de qualquer tipo de seguro contra esses eventos.

Art. 8º Os casos omissos serão disciplinados através de lei..

Art. 9º Ficam revogadas a lei nº 1.129 de 06/12/1988, nº 2.033 de 24/06/1996, nº 2.086 de 13/01/1997 e nº 2.235 de 28/10/1998.

Art. 10. Esta Lei entrará em vigor no prazo de (30) dias a contar de sua publicação.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

CENTRO ADMINISTRATIVO JOSE ALCEBÍADES DE OLIVEIRA, em
22 de dezembro de 2010.

EDUARDO DEBACCO LOUREIRO,
Prefeito.

LEI N.º 3.484 , DE 28 DE DEZEMBRO DE 2010.

Dá nova redação aos artigos 1º, 4º “caput”, 5º e 8º da Lei nº 3.476 de 22/12/2010 que Institui o Sistema de Estacionamento Rotativo Pago nas vias públicas urbanas do Município e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

L E I:

Art. 1º O artigo 1º, 4º “caput” e 8º da Lei nº 3.476 de 22/12/2010 que Institui o Sistema de Estacionamento Rotativo Pago nas vias públicas urbanas do Município e dá outras providências passa a vigorar com a seguinte redação:

“ **Art. 1º** Fica instituído o estacionamento rotativo pago nas vias urbanas do Município de Santo Ângelo em áreas especiais denominadas de “Área Azul”, descritas no anexo I, sendo admitida a ampliação desta, através de lei municipal, quando a municipalidade julgar conveniente, e havendo viabilidade econômico- financeira para novas áreas o qual se regerá pelo disposto nesta Lei e seu Regulamento.”

“ **Art. 4º** No Regulamento a esta Lei, o Poder Executivo estabelecerá: “

“**Art.5º** O Município destinará ao FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 20% (vinte por cento), ao FUNDO MUNICIPAL ANTIDROGAS, 10%(dez por cento) do percentual líquido arrecadado, abatido os custos administrativos da manutenção e operação do estacionamento rotativo pago e os 70% (setenta por cento) restantes ao DMT- Departamento Municipal de Trânsito, para aparelhamento do trânsito.”

“ **Art. 8º** Os casos omissos serão disciplinados através de decreto.”

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

CENTRO ADMINISTRATIVO JOSE ALCEBÍADES DE OLIVEIRA, em 28 de dezembro de 2010.

EDUARDO DEBACCO LOUREIRO,
Prefeito.